

**A VISÃO DE ANALISTAS AMBIENTAIS E PESQUISADORES SOBRE AS
CONTRIBUIÇÕES DOS PROJETOS E PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL
PARA A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

Maria da Penha Barboza Castro¹

Vanderlenildson da Silva Balbino¹

Rosângela Laura Picoli²

RESUMO

A Educação Ambiental tem apresentado constante crescimento entre as iniciativas de educação formal e não formal por meio de programas e projetos em todo o Brasil. O presente estudo objetiva contribuir com a avaliação de projetos e programas de Educação Ambiental. Para tanto analisou-se o cenário desta temática e de alguns projetos de Educação Ambiental e realizou-se o diagnóstico da percepção de profissionais da área sobre a Política de Educação Ambiental (PNEA) e a sua execução. Esta política foi precedida pela Política Nacional de Meio Ambiente, principal marco legal sobre o tema, mas mesmo com este aparato há muito a se mudar no que se referem às práticas de Educação Ambiental. No que tangem os aspectos avaliados neste estudo, percebeu-se que os projetos e programas vigentes contribuem para a execução da política, no entanto se faz necessário preocupar-se com a eficiência das ações para que ao término de sua vigência, os resultados gerados possam permanecer no público atingido.

Palavras-Chave: educação ambiental; projetos; eficiência.

ABSTRACT

**THE ANALYSTS VISION ENVIRONMENTAL AND RESEARCHERS ON THE
CONTRIBUTIONS OF PROJECTS AND EDUCATION PROGRAMS FOR
ENVIRONMENTAL PNEA**

Environmental Education has shown constant growth between formal education initiatives and non-formal through programs and projects throughout Brazil. This study aims to contribute to the evaluation of projects and environmental education programs. Therefore we analyzed the scenario of this issue and some projects of Environmental Education and held the diagnosis of perception professionals on Environmental Education Policy (PNEA) and its implementation. This policy was preceded by the National Environmental Policy, the main legal framework on the subject, but even with this apparatus there is much to change in regard to environmental education practices. Regarding the aspects evaluated in this study, it was realized that the existing projects and programs contribute to the implementation of the policy however it is necessary to worry about the efficiency of actions so that at the end of its term the results generated may remain in audience reached.

Keywords: Environmental Education; Projects; Efficiency.

¹ Alunos do Curso de Pedagogia das Faculdades Integradas ICESP/Promove de Brasília.

² Professora Mestre das Faculdades Integradas ICESP/Promove de Brasília

1. Introdução

O presente artigo tem por objetivo analisar projetos e programas em nível nacional, além de sua eficácia e replicabilidade, bem como o que é distinto entre eles, reconhecendo a necessidade de desenvolver ambos de modo contextualizado sob a ótica de analistas e pesquisadores da área de meio ambiente e Educação Ambiental.

Os projetos e programas de Educação Ambiental, com o passar do tempo foram emergindo como importantes ferramentas para o processo de desenvolvimento sustentável da sociedade.

A utilização desenfreada dos recursos naturais é vista hoje como algo que pode trazer danos irreparáveis ao meio ambiente. Os problemas: falta de saneamento básico e água potável para o consumo entre outros, estão diretamente relacionados ao meio ambiente e a escassez dos recursos naturais.

Pela primeira vez na história, o ser humano tem a oportunidade de aniquilar a si mesmo. Se continuarmos neste ritmo, daqui a alguns anos haverá a escassez total dos recursos naturais.

Neste sentido, os projetos e programas de Educação Ambiental são importantes para reflexão e mudança de conduta das pessoas, pois têm objetivos a serem alcançados, em prol da conservação do meio ambiente e melhoria da qualidade de vida das pessoas.

Sendo assim, a existência de programas e projetos que se fixem ao longo do tempo e sejam referência na promoção da Educação Ambiental é imprescindível para que a sociedade/indivíduos crie uma identidade de como devem ser nossos hábitos e atividades para com o meio ambiente. Neste contexto, identificar e avaliar os Programas e Projetos de Educação Ambiental no Brasil permite visualizar se já existem em nosso país atividades ou metodologias que norteiam a Educação Ambiental, com vistas à mudança de comportamento das gerações, sendo eficazes no território em que são implantados.

Os projetos e programas deixam um legado positivo. Há a possibilidade de trazer aprendizagem ao público-alvo, o que permite a reflexão para agir junto às necessidades socioambientais. Além disso, permitem que a temática ambiental seja vista como algo urgente para romper paradigmas, tendo como princípios os valores de cooperação entre todos envolvidos e a participação de diversas instituições, como empresas, escolas, ONGs, entre outras. Os atores dos projetos podem verificar uma Educação Ambiental ligada a Educação Democrática permitindo a atuação dos mesmos de modo crítico e criativo. A finalidade deste artigo é despertar a comunidade científica para que todo cidadão possa reconhecer, comparar, identificar e realizar levantamentos sobre a efetividade de projetos e programas de Educação Ambiental Brasileiro. Desta forma, a conscientização sobre as agressões ambientais atuais e futuras será melhor absorvida e a

conservação dos recursos naturais se tornará uma realidade.

2. Materiais e Métodos

Para atingir os objetivos deste estudo foram definidos os instrumentos metodológicos apresentados neste tópico. Primeiramente classificou-se a pesquisa quanto aos fins:

- a) Explicativa: Esta pesquisa tem como principal objetivo esclarecer fatores que contribuem de alguma forma à aprendizagem, reflexão, mudança de conduta das pessoas. Visando ação democrática atuante, despertando assim, a comunidade científica no levantamento de dados sobre projetos e programas da Educação Ambiental Brasileira.
- b) Descritivo: Expõem características da comunidade, princípios de valores de cooperação entre todos envolvidos.
- c) Exploratório: É realizado um levantamento de dados, a qual há pouco conhecimento acumulado e sistematizado.

Em seguida, definiram-se os meios que a pesquisa utilizará para alcançar os resultados esperados e com base em Moresi (2003), definiu-se como meios deste estudo a pesquisa bibliográfica e a pesquisa de campo:

- Pesquisa Bibliográfica – É o estudo sistematizado desenvolvido com base em material publicado em livros, revistas, jornais, redes eletrônicas e outros. Fornece instrumental analítico para qualquer outro tipo de pesquisa, mas também pode esgotar-se em si mesmo. O material publicado pode também ser fonte de primeira e segunda mão. Este estudo adotou diferentes livros e artigos científicos, bem como as legislações sobre Educação Ambiental e os textos-base de três projetos de Educação Ambiental: o PROBIO, projeto em nível nacional; Pé de Cerrado, projeto que tem nível local (centro-oeste/Cerrado) e a Trilha Ambiental: projeto de Educação Ambiental distrital (Distrito Federal).
- Pesquisa de Campo – É a investigação empírica realizada em local onde ocorreu ou ocorre um fenômeno, que dispõe de elementos para explicá-lo.

Na pesquisa de campo será aplicado o instrumento do tipo entrevista. Este instrumento permite a obtenção de informações de um entrevistado que, no caso deste estudo, compreenderá dois Analistas Ambientais do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e duas pesquisadoras da Universidade de Brasília (UnB). Uma entrevista pode ser padronizada e estruturada, que consiste em apresentar um roteiro previamente estabelecido. Ou ainda ser despadronizada ou não estruturada

que consiste em uma entrevista sem rigidez de roteiro.

Foram escolhidos os referidos entrevistados devido à contribuição da UnB para o conhecimento científico na área, no caso do MMA por causa do seu papel na responsabilidade da política, projetos e programas.

Uma das perguntas aos entrevistados enfatiza que os projetos escolhidos têm como alicerce a política Nacional de Educação Ambiental, sendo avaliada a sua importância. Com estes métodos foi possível gerar resultados acerca dos objetivos definidos para o estudo.

3. Resultados

3.1 Diretrizes para a prática da educação ambiental

A abordagem socioambiental na formação educacional recebe ênfase desde a década de setenta, devido à Conferência de Estocolmo e em seguida pela Teoria do Desenvolvimento Sustentável, Rio-92, além de desastres ambientais e estudos científicos que demonstram a necessidade do ser humano repensar suas ações no espaço onde vive.

A Conferência das Nações Unidas no México, Cocoyoc em 1974, sobre comércio e desenvolvimento, foi anterior à criação da Comissão Mundial do Meio Ambiente. A partir desse processo de discussão entre ambos, estabeleceu-se com o passar do tempo o relatório Brundtland. Segundo Theodoro e Barros (2011), ele defendia um desenvolvimento nos aspectos sociais e ambientais e que trouxe à tona a terminologia *desenvolvimento sustentável*, explicitada como capacidade de se desenvolver, sem prejudicar e excluir as futuras gerações. No Brasil só em 1981 se estabeleceu uma política ampla e sólida, sobre Educação Ambiental - A política Nacional de Educação Ambiental. Segundo Milaré (2006) a temática ambiental se desenvolveu devido à pigmentação das políticas ambientais, pois havia falta de organização e de ligação entre elas. Assim, anteriormente em 1981, as políticas eram vistas como limitadas. A partir da Política Nacional do Meio Ambiente, foi criada uma série de ações para o tema. Dentre elas, a Política Nacional de Educação Ambiental.

No Brasil, a Política Nacional de Meio Ambiente (1981) e a Constituição Federal (1988) são alguns dos marcos teóricos que destacam esta necessidade. Sucessora destas leis, a Política Nacional de Educação Ambiental (1999) é ainda mais enfática acerca da necessidade de promover a construção de valores sociais, dos conhecimentos, das habilidades, atitudes e competências voltadas para que o meio ambiente seja conservado e considerado bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

Mais recentemente, por meio da Resolução N° 2, de 15 de Junho de 2012 foram estabelecidas as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Estas diretrizes destacam a necessidade de se trabalhar sociedade e meio ambiente concomitantemente, estimulando os indivíduos à promoção da educação socioambiental por meio de metodologias inovadoras conforme apresentado na Figura 1.

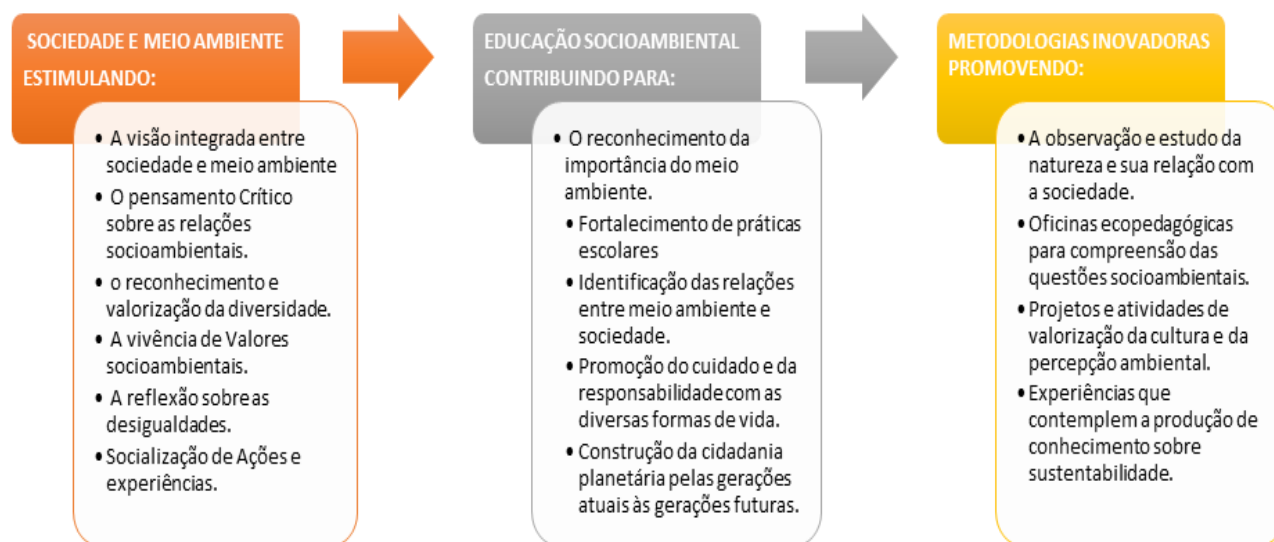


Figura 1: Proposições da Resolução nº 2/2012.

Fonte: elaborado pelos autores.

Estes eixos devem permear a ação de todos os que querem promover a Educação Ambiental para que seja possível promover a conscientização para a conservação do meio ambiente, exercício da cidadania ambiental e uso racional dos recursos naturais. A promoção destes hábitos irá tornar as relações socioambientais sustentáveis no nosso dia-a-dia e nas futuras gerações.

Outra contribuição teórica importante das Diretrizes Nacionais à ação ecopedagógica, consiste nos princípios e objetivos da Educação Ambiental. Estes, por sua vez direcionam a escolha das melhores metodologias para o desenvolvimento de práticas comprometidas com a construção de comunidades sustentáveis (Figura 2).

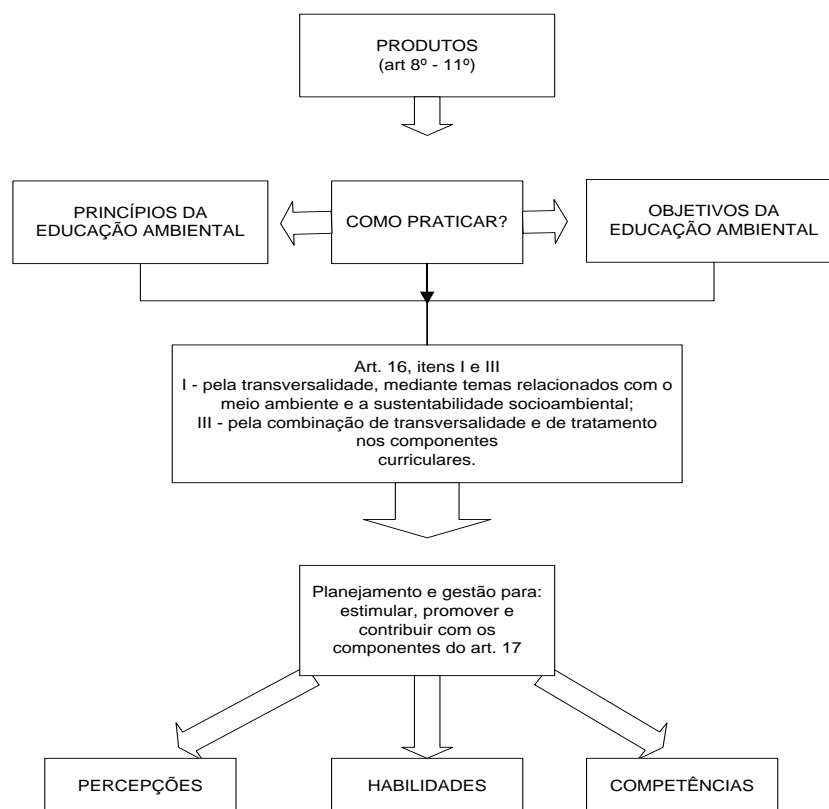


Figura 1: Estrutura da ação pedagógica com base na Resolução nº 2/2012.

Fonte: elaborado pelos autores.

A ação pedagógica está estruturada em conformidade com as legislações apresentadas em especial com a Política Nacional de Meio Ambiente que, de acordo com Teodoro e Barros (2011), objetiva princípios e normas sobre Educação Ambiental, tais como a interdisciplinaridade multidisciplinaridade, transdisciplinaridade nas instituições de ensino, entre outros. Na Educação Ambiental, temos uma visão em que todos devem passar pelo processo de conscientização e ação.

3.2 Estrutura da Educação Ambiental no Brasil.

A Educação Ambiental objetiva a conscientização de todos. Pequenas ações, como não deixar torneira pingando, utilizar baldes para lavar carros, entre outros, fazem a diferença no Meio Ambiente. Nesse sentido, os projetos e programas devem ter uma perspectiva ampla, onde ambientes sociais e ambientes naturais estão ligados, tendo em vista um fazer sustentável para a participação de todos e, além disso, é preciso planejar de acordo com a realidade local (TRAJBER, 2007).

Nos dias de hoje em todos os contextos a preservação dos recursos naturais é algo essencial

para um desenvolvimento sustentável. À medida que a população cresce o consumo também aumenta, sendo que cada dia há mais necessidade de manter uma conduta sustentável para obter resultados positivos a curto e longo prazo, pois os problemas enfrentados: uso indiscriminado, consumo desenfreado, desperdício, precisam ser superados. Os projetos e programas em Educação Ambiental podem contribuir para tal situação na medida em que possibilita refletir e agir. A parceria entre ONGS e organizações governamentais pode ser alternativa para viabilizar os problemas enfrentados. A escola tem de estar consciente de seu papel como formadora de opinião e estabelecer metas e planejamento a respeito da temática ambiental. Nesse sentido, o educador é protagonista para orientar, medir e interagir com o educando para a aprendizagem do mesmo (COSTA, 2001).

A Educação Ambiental quanto à legislação definida pela resolução de diretrizes para a prática de Educação Ambiental, lei Federal nº 9.795 (BRASIL, 1999) diz respeito à preservação e conservação do meio ambiente tendo em vista um desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, é visto como necessário desenvolver projetos e programas sobre a temática, pois ambos têm de ter um resultado final, além de deixar resultados positivos.

Para aplicar no território tais programas e projetos para a promoção da Educação Ambiental nas escolas e na sociedade, foi necessária a implantação de diferente marco legais, tais como a política Nacional de Educação Ambiental e a Política Nacional do Meio Ambiente.

Para Teixeira, Talamoni e Reis (2013) os projetos e programas precisam levar à tona o assunto “modelo econômico vigente”, pois muitas vezes o é mesmo deixado de lado. Os problemas de desmatamento, consumo exagerado de água entre outros estão intrinsecamente ligados à temática ambiental, o processo de mudança tem como base a educação, pois traz à aprendizagem as pessoas, nesse sentido projetos e programas são importantes devido a sua aplicação na teoria e prática e, sobretudo o resultado final. A avaliação de tais projetos tem como pressuposto a análise de sua replicabilidade e mudança de conduta no que tange a política.

À transversalidade da temática ambiental na educação veio somar-se ainda outros aspectos para a discussão sobre inter e transdisciplinaridade: mesmo compondo ações integradas, as disciplinas ainda tem pouca entrada na vida cotidiana. Dessa maneira, a intenção dos Parâmetros Curriculares Nacionais em sua origem foi estimular o engajamento da escola, do seu projeto político-pedagógico com as questões do seu tempo conectando conceitos teóricos à realidade cotidiana: essência da educação para cidadania (UNESCO, 2007).

Quando se pensa em um sistema para a Educação Ambiental, é preciso considerar que o seu Órgão Central é formado por dois Ministérios: Ministério da Educação (MEC) e Ministério do Meio Ambiente (MMA), o que resulta no constante desafio de concatenar as ações ambientais com as

ações educacionais, respeitando as características de transversalidade, interministerialidade e especificidades da respectivas políticas públicas. Assim, a concepção de um Sistema Nacional de Educação Ambiental se insere em um cenário em que coexistem outros sistemas, e com eles terá que dialogar, devendo respeitá-los e fortalecê-los. (SISNEA p. 3).

Assim como o Sistema Nacional de Educação Ambiental (SISNEA), o Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA) representa um constante exercício de transversalidade, criando espaços de interlocução bilateral e múltipla para internalizar a Educação Ambiental no conjunto do governo, contribuindo assim para a agenda transversal, que busca o diálogo entre as políticas setoriais ambientais, educativas, econômicas, sociais e de infraestrutura, de modo a participar das decisões de investimentos desses setores e a monitorar e avaliar, sob a ótica educacional e da sustentabilidade, o impacto de tais políticas. Tal exercício deve ser expandido para outros níveis de governo e para a sociedade como um todo (PRONEA, 2005).

De acordo com as Leis Ambientais, a regulamentação da Política Nacional de Educação Ambiental, o ProNEA compartilha a missão de Fortalecimento do Sistema Nacional de Meio Ambiente (Sisnama), por intermédio do qual a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) deve ser executada, em sinergia com as demais políticas federais, estaduais e municipais de governo. Dentro das estruturas institucionais do MMA e do MEC, o ProNEA compartilha da descentralização de suas diretrizes para a implementação da PNEA, no sentido de consolidar a sua ação no Sisnama.

Considerando-se a Educação Ambiental como um dos elementos fundamentais da gestão ambiental, o ProNEA desempenha um importante papel na orientação de agentes públicos e privados para a reflexão e construção de alternativas que almejem a Sustentabilidade. Assim propicia-se a oportunidade de se ressaltar o bom exemplo das práticas e experiências exitosas (PRONEA, 2005).

A Participação e o Controle Social também são diretrizes que permeiam as estratégias e ações do ProNEA, por intermédio da geração e disponibilização de informações que permitam a participação social na discussão, formulação, implementação, fiscalização e avaliação das políticas ambientais voltadas à construção de valores culturais comprometidos com a qualidade ambiental e a justiça social e de apoio à sociedade na busca de um modelo socioeconômico sustentável (PRONEA, 2005).

Importante ressaltar que o Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA) é um programa de âmbito nacional, que não significa que sua implementação seja de competências exclusiva do Poder Público Federal, ao contrário, todos os segmentos sociais e esferas devem

executar, fazer o monitoramento e avaliação.

Como contribuição à execução do PRONEA publicou-se o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global. Este documento foi elaborado por educadores ambientais, jovens e pessoas ligadas ao meio ambiente de vários países do mundo. Sua publicação aconteceu na 1ª Jornada de Educação Ambiental.

O documento se tornou referência aos países signatários, incluindo o Brasil, aonde o tratado é entendido como o alicerce dos Princípios da Rede Brasileira de Educação Ambiental e das demais redes de EA a ela entrelaçadas e subsidia também o Programa Nacional de Educação Ambiental, do Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental (MMA e MEC).

O tratado apresenta os Princípios da Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, mas também estabelece diretrizes a serem praticadas pelos educadores e projetos de Educação Ambiental além de Sistemas de Coordenação, Monitoramento e Avaliação.

Segundo o MMA³, o tratado é dirigido à:

- *Organizações dos movimentos sociais – ecologistas, mulheres, jovens, grupos étnicos, artistas, agricultores, sindicalistas, associações de bairro e outros.*
- *ONGs comprometidas com os movimentos sociais de caráter popular.*
- *Profissionais de educação interessados em implantar e implementar programas voltados à questão ambiental tanto nas redes formais de ensino como em outros espaços educacionais.*
- *Responsáveis pelos meios de comunicação capazes de aceitar o desafio de um trabalho transparente e democrático, iniciando uma nova política de comunicação de massas.*
- *Cientistas e instituições científicas com postura ética e sensíveis ao trabalho conjunto com as organizações dos movimentos sociais.*
- *Grupos religiosos interessados em atuar junto às organizações dos movimentos sociais.*
- *Governos locais e nacionais capazes de atuar em sintonia/parceria com as propostas deste Tratado.*

³ Disponível em:

<http://www.mma.gov.br/agua/item/8068-tratado-de-educacao-ambiental-para-sociedades-sustentaveis-e-responsabilidade-global>

- *Empresários comprometidos em atuar dentro de uma lógica de recuperação e conservação do meio ambiente e de melhoria da qualidade de vida humana.*
- *Comunidades alternativas que experimentam novos estilos de vida condizentes com os princípios e propostas deste Tratado.*

Mas como o PRONEA se efetiva no território? Quais são as reais iniciativas em Educação Ambiental e como elas interagem com esta estrutura legislativa e de planejamento existente no âmbito Federal?

Para responder estas indagações este estudo selecionou três estudos de caso referentes a programas e projetos em diferentes níveis geopolíticos (nacional, centro-oeste e distrital) para apresentar os objetivos. Estes estudos de caso não são de execução governamental, mas sim iniciativas de diferentes agentes sociais na execução das diretrizes nacionais apresentadas até o momento. Também não são exclusivamente voltados para a Educação Ambiental, porém inserem como princípios em suas ações a sua prática.

3.3 Estudos de caso

Os estudos de caso escolhidos para esta pesquisa são bem distintos. A primeira distinção refere-se ao fato de abrangerem diferentes níveis geopolíticos (nacional, regional e local). Outra distinção refere-se ao tipo de ação que cada projeto desenvolve. O PROBIO, por exemplo, é um programa nacional e entre suas ações está a Educação Ambiental que é fomentada por meio da produção de materiais didáticos para a prática deste tema na educação formal.

Já o Pé de Cerrado corresponde a um projeto que promove a Educação Ambiental por meio de práticas sustentáveis em diferentes comunidades e propriedades rurais, resgatando a qualidade dos recursos naturais e gerando conhecimento aos moradores. Por fim, o Trilha Ambiental consiste em um projeto que trabalha a Educação Ambiental para estudantes e a comunidade por meio de Oficinas Ecopedagógicas. Ou seja, demonstram que projetos e programas de Educação Ambiental podem se utilizar de diferentes ferramentas para executar as suas ações.

Outra diferença é o tipo de instituição ou agente social que desenvolve cada um dos programas/projetos. O PROBIO é executado por agentes do Estado e Instituição de Ensino Pública. O Pé de Cerrado é executado por uma Organização Não Governamental com recursos da responsabilidade sócio-ambiental de uma empresa de economia mista. E o Trilha Ambiental é um projeto desenvolvido por um grupo de empresas privadas. Isso evidencia que atualmente, são

diferentes os agentes que executam ações de Educação Ambiental junto à comunidade.

3.4 PROBIO

O principal documento sobre biodiversidade é o relatório da Convenção sobre biodiversidade (CDB). O mesmo foi elaborado durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, no Rio de Janeiro, em 1992. Em resposta a esta convenção, no intuito de colocá-la em prática o Brasil elaborou o Programa Nacional da Diversidade Biológica (PRONABIO). Tal processo resultou na última criação em nível nacional de apoio a programas sobre biodiversidade: o PROBIO (Projeto de conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica).

O PROBIO estimula trabalhos científicos sobre o tema, da elaboração de materiais didáticos e apoia projetos, bem como a participação de instituições públicas e privadas na conservação da biodiversidade. Isso se dá por meio de seleção de projetos que recebem a ajuda de doações, as quais o PROBIO recebe e fornece, há também suporte financeiro do Tesouro Nacional.

Na coordenação do PROBIO está o Ministério do Meio Ambiente em parceria com o Conselho Nacional de Desenvolvimento e Tecnologia - CNPq. Para a escolha de projetos o responsável é a CONABIO (Comissão Nacional da Biodiversidade).

O PROBIO fornece recursos financeiros para tais projetos e orientações para a promoção do conhecimento para eles, bem como para a sociedade civil e as instituições públicas e privadas. A Universidade de Brasília (UnB), por exemplo, atua junto ao PROBIO com o objetivo de oferecer informações sobre o assunto por meio da produção de material didático para os professores que resultou do subprojeto: *Educação Ambiental PROBIO - elaboração de material educativo sobre diversidade Biológica Brasileira, Espécies da Fauna Brasileira Ameaçadas de Extinção, Fragmentação de Ecossistemas, Biomas Brasileiros, Unidade de Conservação, Espécies Invasoras.*

Os temas do PROBIO foram abordados no material didático por meio da percepção dos desafios socioambientais, em que cada um é abordado com base nos biomas brasileiros. São duas cartas uma com o desafio e outra com a solução sugerida. A parte lúdica está inserida no jogo do tabuleiro. O livro do professor possui capítulo que tem notas laterais sobre o tema. Além disso, há sugestões de atividades complementares, bem como livros, além de trazer informações sobre a utilização dos jogos com referencial teórico. O material foi organizado tendo em vista a Política Nacional do Meio Ambiente, com os aspectos; natural, socioambiental e cultural. As etapas de elaboração consistem em planejamento frente às necessidades e princípios da Educação Ambiental. A coordenação do projeto é da UNB, com parceria de algumas instituições de pesquisa, órgãos governamentais, ONGs, trazendo à tona as dificuldades quanto ao Meio Ambiente.

O projeto aborda a Educação Ambiental de um modo amplo. Mas como complemento ao mesmo pode-se estimular uma formação continuada para os educadores. Segundo Rachel Guanabara et. al (2009) a formação continuada de educadores é importante no processo de ter como objetivo uma Educação Ambiental crítica.

3.5 Projeto Pé de Cerrado

Em nível regional, considerando o Centro-Oeste, mais especificamente o Cerrado, um projeto de Educação Ambiental atuante é o Pé de Cerrado.

Este projeto é desenvolvido pela ONG Núcleo de Organização e Valorização da Mulher que atua na cidade de Ceres, Goiás. Apesar das ações serem locais os efeitos deste projeto são regionais em especial por suas ações ocorrerem sobre os recursos hídricos, solo e geração de conhecimento às comunidades locais, o que pode ser disseminado para outras localidades.

Estas ações são implementadas por meio das seguintes atividades:

- Diagnósticos Socioambientais;
- Implantação de Viveiro Florestal;
- Educação Ambiental;
- Análise da Água;
- Implantação de Sistemas Agrossilvipastoris;
- Implantação de Sistemas Agroflorestais;
- Canteiros Biosépticos;
- Produção Agroecológica Integrada e Sustentável;
- Técnicas de Conservação do Solo;
- Recuperação e Conservação de Recursos Hídricos.

As ações do projeto no ano de 2014 já se expandiram para outros municípios em especial no que tange as atividades de Educação Ambiental nas Escolas (GABRIEL, 2014). Até o mês de fevereiro de 2014, quinze escolas haviam sido atendidas pelas atividades do Pé de Cerrado que busca difundir temas importantes para a preservação do Cerrado e meio ambiente em geral na região para estudantes e professores.

3.6 Trilha Ambiental.

O Trilha Ambiental é um projeto de Educação Ambiental do Distrito Federal que tem como objetivo proporcionar às comunidades do DF e Instituições de Ensino a compreensão e participação na prática de atividades socioambientais. Fundado em 30 de Novembro de 2013, relacionando a teoria, busca aliar conservação e conscientização por meio da Educação Ambiental contribuindo para uma comunidade mais sustentável.

Este projeto propicia por meio de Oficinas Ecopedagógicas atividades extracurriculares em conformidade com a Política Nacional de Educação Ambiental e com as Diretrizes Curriculares Nacionais, para a Educação Ambiental do Ministério da Educação. Adquirindo parcerias e participação na comunidade como um todo (TRILHA AMBIENTAL, 2013).

Para a realização destas atividades o projeto conta com diferentes espaços para receber a comunidade:

- Sede do projeto – com área de 600m² onde é disponibilizado aos alunos espaços de aprendizagem, área de exposição, espaço para alimentação saudável, secretaria e banheiros feminino e masculino.
- Parque Ecológico – com área de 8000m², integrando a sociedade e o Meio Ambiente em uma área natural.
- Garden Center – com 22.000m², onde os alunos compreendem a importância de jardinagem e de paisagismos em ambientes urbanos, seu cultivo e comercialização.
- Estufas de Produção – capacita os alunos do Ensino Médio a realizar atividades experimentais de pesquisa, adquirindo conhecimento dos conteúdos inseridos no currículo escolar.

A metodologia destas oficinas tem como objetivo estimular, habilidades e competências dos alunos, contribuindo com o acesso a Educação Ambiental, capacitando os alunos a serem mais observadores, reflexivos e conscientes.

As oficinas ecopedagógicas atendem também a grupos sociais não ligados às Instituições de Ensino, tais como grupos de idosos, que necessitam de terapias ocupacionais para promoção de saúde e bem estar e grupos de escoteiros, que possuem uma ligação direta com o meio ambiente, considerando o método escoteiro.

No final de cada visita ao projeto pode-se oferecer um relatório de avaliação do mesmo para que haja uma participação maior de mais pessoas na avaliação. Segundo Rachel Guanabara et.al (2009) é preciso tornar claros problemas ambientais para a partir de então objetivar a

participação de todos no processo de mudança de conduta.

3.7 Perspectivas das Políticas, Programas e Projetos de Educação Ambiental sob a ótica dos de analistas ambientais e pesquisadores

Além da obtenção de resultados teóricos sobre os PPP da área de Educação Ambiental por meio da pesquisa bibliográfica, este estudo tinha como metodologia a aplicação de entrevistas em profissionais da área, no intuito de captar suas opiniões e entendimentos sobre os PPP de Educação Ambiental e suas perspectivas.

Ao todo foram realizadas quatro entrevistas:

- Duas entrevistas aplicadas em analistas ambientais do Ministério do Meio Ambiente que atuam no Departamento de Educação Ambiental;
- Duas entrevistas aplicadas em pesquisadoras;

As primeiras indagações das entrevistas visavam caracterizar os entrevistados quanto ao nome, órgão em que atuam, cargo que desempenham e tempo de atuação profissional (Quadro 1).

Quadro 1: Caracterização dos entrevistados.

Iniciais do nome	Órgão	Cargo	Tempo de atuação
J.L.N.X.	MMA	Analista Ambiental	-
J.A.O	MMA	Analista Ambiental	11 anos
S.H.T.	UnB	Pesquisadora	14 anos
I.Z.	UnB	Pesquisadora e Docente	5 anos

Fonte: resultado do estudo. Elaborado pelos Autores

Estas informações são importantes para evidenciar a relação do entrevistado com a temática do estudo. Isso garante que as respostas obtidas pelas entrevistas correspondam a informações fidedignas e relevantes para atingir os objetivos do estudo.

A experiência profissional dos entrevistados e a influência direta dos órgãos em que atuam nos PPP de Educação Ambiental tornam confiáveis as informações prestadas delineando um panorama da Educação Ambiental no Brasil.

Após a caracterização dos entrevistados as perguntas visavam captar o entendimento sobre as dificuldades ou desafios encontrados pelo órgão em que atuam para executar políticas, programas e projetos de E.A. e relação aos programas e projetos.

Dos entrevistados apenas dois disseram que o órgão enfrenta dificuldades.

Todos os entrevistados relataram que os órgãos aonde atuam enfrentam dificuldades para executar a Educação Ambiental.

Como principais dificuldades existentes, todos os entrevistados relatam a importância de se ter artigos científicos, sobre a validação de projetos e programas. Os analistas ambientais do Ministério do Meio Ambiente (MMA), focam na implementação da Política Nacional de Educação (PNEA) elaborando e executando mecanismos que permitam a implementação da política, de forma transversal, crítica e emancipatória. Já as pesquisadoras da UnB, destacam sua importância, na expansão do conhecimento e na criação de novos projetos.

Os analistas ambientais destacam a importância da Política Nacional de Educação (PNEA), onde sua implementação deve ser plena em todos os programas e projetos de Educação Ambiental. As pesquisadoras da UnB, apontam a gestão ambiental, a coleta seletiva solidária e gestão de resíduos sólidos, através da busca de novas metodologias, processos e tecnologias voltadas para o aprimoramento da Educação Ambiental. Todos os entrevistados relatam que os órgãos em que atuam enfrentam dificuldades para executar a Educação Ambiental. Como principais dificuldades foram mencionadas pelos analistas ambientais:

- Elaboração de leis e implementação das políticas públicas;
- Falta de recursos financeiros;
- Monitoramento e controle dos projetos;
- Fortalecimento das instâncias responsáveis pelas políticas ambientais nos estados e municípios e
- Transversalização em outras políticas e programas.

As principais dificuldades mencionadas pelas pesquisadoras da UnB foram:

- Logística e financeira;
- Problemas na adequação de prazos e
- Atraso ou não execução de ações previstas.

Todos os entrevistados relataram que existe atuação das escolas e secretarias de educação na execução do PNEA.

Os Analistas Ambientais responderam que no âmbito formal essa atuação é de responsabilidade do Ministério da Educação (MEC). Gestores do PNEA, poderiam desenvolver programas como as escolas sustentáveis, pois o ambiente escolar é um espaço muito importante para essa implementação. As pesquisadoras da UnB, relataram que nem todas as escolas e secretarias de educação possuem interesse em alavancar esses projetos e de um modo geral significa mais trabalho e comprometimento dos professores, funcionários e diretores. Entretanto, há algumas escolas que realizam projetos como a Escola da Natureza no DF e Projeto Água como matriz ecopedagógica.

Todos os entrevistados afirmaram que as instituições que mais contribuem com a Educação Ambiental não formal são governos estaduais, distritais, municipais, universidades, organizações não governamentais, organizações internacionais e instituições públicas. Ao serem questionados sobre como os projetos e programas podem influenciar positivamente, os analistas ambientais relataram que através da:

- Ampliação das práticas ambientais entre as crianças e jovens;
- Conscientização sobre as questões ambientais em meio à sociedade;
- Legitimar os princípios de lei que originou a PNEA;
- Construções de um novo paradigma, onde as questões ambientais fossem importantes;
- Melhoria dos indicadores educacionais nos programas e projetos das escolas e
- Uma base para todos os projetos e programas.

As pesquisadoras da UnB relataram que as principais características para uma Educação Ambiental eficiente são planejamento e objetivo, a participação democrática e a adaptação à realidade da comunidade. Há também necessidade de avaliação contínua, referencial teórico e a inter/multi/transdisciplinaridade.

Dentre as importâncias dos projetos PROBIO, TRILHA AMBIENTAL E PESS, todos os programas e projetos devem ter base na Política Nacional de Educação Ambiental democraticamente. Com base nos relatos dos Analistas Ambientais do MMA, o PROBIO tem apoiado muitos projetos e programas em uma melhor formação dos educadores, oferecendo bolsas de estudo, oficinas e palestras nas escolas além de material didático anualmente. As entrevistadas da UnB expuseram que o PROBIO, possui uma finalidade específica e seu objetivo é identificar ações

prioritárias, estimulando subprojetos que provam parcerias entre os setores públicos e privados, gerando e divulgando informações e conhecimentos do tema.

4. Discussão

De acordo com o questionário respondido, entre 7/11/ 2014 e 14/11/2014, por dois analistas ambientais do Ministério de Meio Ambiente e pelas duas professoras pesquisadoras da UnB, em comum, encontram-se as principais ações de Educação Ambiental envolvidas na atuação dos entrevistados tais como a referência ao Desenvolvimento de Políticas Públicas visando a promoção da Educação Ambiental, assessoria a órgãos gestores, incentivo à ampliação do tema em outros Ministérios, estruturação de equipes, estabelecimento de parcerias e articulações interinstitucionais, conforme apresentado na Figura 3.

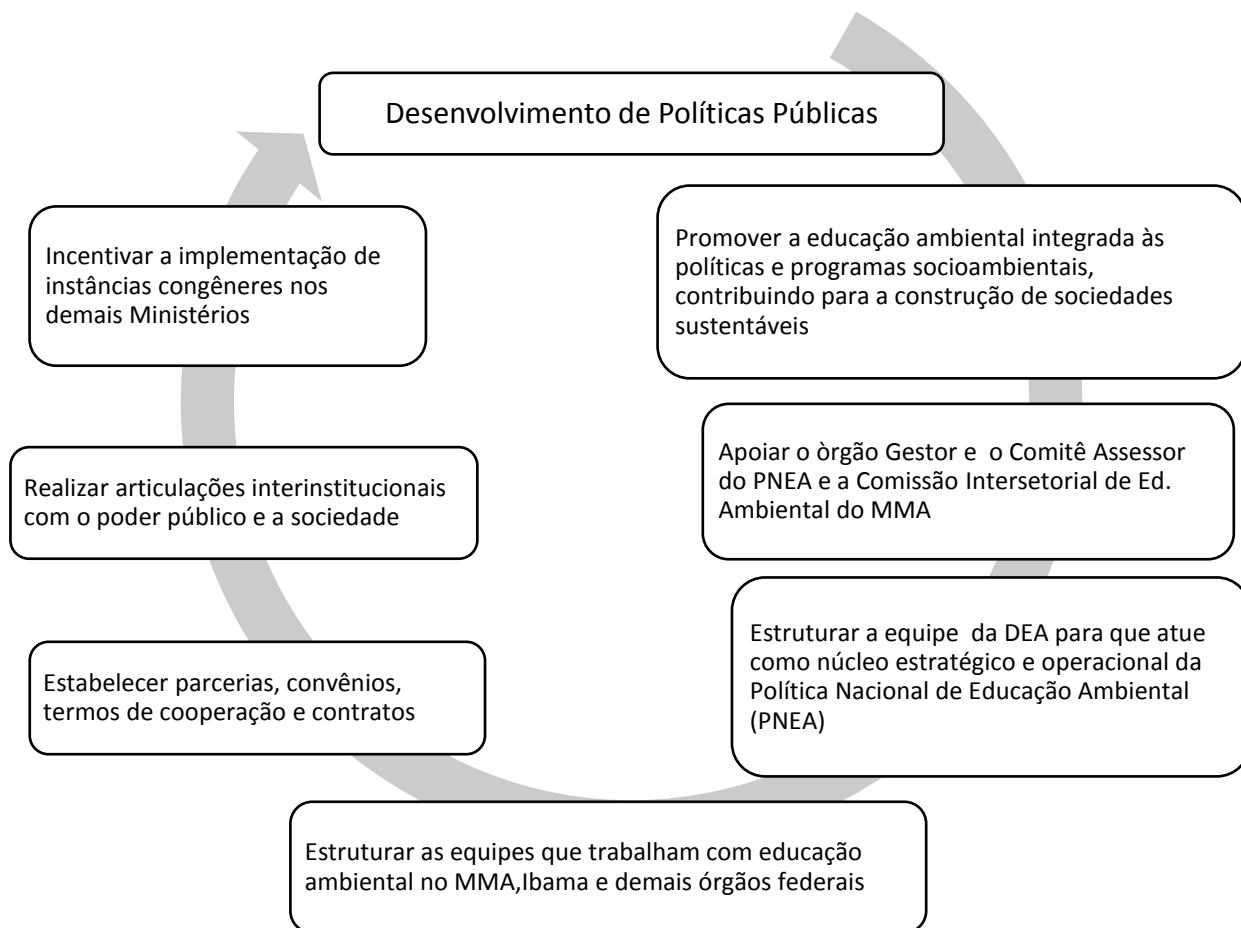


Figura 3: Execução da PNEA com base nos resultados obtidos pelo estudo.

Fonte: resultado do estudo.

Nesse sentido, fazendo uma comparação das entrevistas da UnB e do MMA pode-se perceber que esse processo de desenvolvimento de políticas de Educação Ambiental ainda necessita de muitos aperfeiçoamentos para que seja totalmente implementado. A PNEA postula um vínculo entre todas as instituições, órgãos e entre outros, mas percebe-se uma dificuldade no que se refere ao diálogo. Como defende o Analista Ambiental J.L.N.X.: “A transversalização em outras políticas e programas é uma das grandes dificuldades”. Isso também é demonstrado na falta de repasses de recursos para os projetos e programas da UnB. Como explicita a professora da UnB Dra. S.H.T.: “[...] No que se refere à execução dos projetos, tem-se percebido problemas de adequação dos prazos ao sistema de controle da Universidade. Algumas vezes os prazos são diferentes e acarretam o atraso ou a não execução de ações previstas nos projetos [...]”.

A interpretação da entrevista nos permite visualizar um contexto que remete uma participação ampla de instituições públicas e privadas, mas em relação ao planejamento há uma dificuldade de recursos humanos e financeiros. Ainda falta o planejamento para cumprir metas, na ligação entre a UnB e o MMA, de um modo geral, entre os projetos, programas e políticas.

As descobertas científicas estagnadas permitem que a sociedade continue perpetuando o que está vigente sem trazer nada de novo. Isso remete a negação da Política Nacional de Educação Ambiental

5. Conclusão:

A finalidade deste artigo foi evidenciar a ótica dos analistas e pesquisadores sobre a implantação da PNEA por meio de projetos e programas em nível nacional. Desta forma, pretendeu-se despertar a comunidade científica para análises de eficiência destas iniciativas a fim de que todo cidadão possa reconhecer, comparar, identificar e realizar levantamentos sobre as atividades de projetos, programas e suas políticas públicas analisando quanto a sua abrangência e eficácia na realidade social em que são desenvolvidos.

A utilização desenfreada dos recursos naturais é vista hoje como algo que pode trazer danos irreparáveis ao meio ambiente. E por tanto a conscientização junto com, mudanças de hábitos insustentáveis, será benéfico tanto para a geração atual, quanto para gerações futuras em prol de uma melhor qualidade de vida.

Se os projetos de Educação Ambiental implantados no país forem eficientes, maior será a garantia de que os benefícios futuros cheguem até a população devido à mudança de comportamento possibilitada pela educação.

Sendo assim, sugere-se que estudos futuros continuem captando dados científicos para auxiliar no planejamento de projetos futuros que efetivamente gerem benefícios potencializando os recursos financeiros destinados e inserindo cada vez mais a Educação Ambiental no processo de ensino-aprendizagem.

6. Referências:

TEIXEIRA, André; TALAMONI, JLB; LÍRIA, Jandira; TOZONI REIS, M.F.C; FREITAS, Marília. A relação teoria e prática em projetos de educação ambiental desenvolvidos em um bairro de Bauru - SP. **Ciência e educação**. São Paulo, v.19n. 3, p.657-676, 2013.

TOMAZELLO, Carneiro Maria Guiomar; FERREIRA Teresa Chagas Raquel de. Educação ambiental: que critérios adotar para analisar a adequação pedagógica de seus projetos? **Ciência e educação**. São Paulo, v.7, p.199-207, 2001.

GUANABARA, Raquel; GAMA, Thais; EIGENHEER, Emílio Marciel. Contribuição para a construção de uma matriz para a avaliação de projetos e educação ambiental. **Educação e Pesquisa**. São Paulo, v.35n. 2, p.399-411, maio 2009.

PEDRINI, Alexandre; COSTA, Andrade Erika; GHILARDI, Natalia. Percepção ambiental de crianças e pré-adolescentes em vulnerabilidade social para projetos de educação ambiental. **Ciênc. educ.** (Bauru) vol.16 no.1 Bauru. 2010

RIBEIRO, Helena; Wanda M. Risso; ARAÚJO, Joyce Maria de. Avaliação qualitativa e participativa de projetos: uma experiência a partir de pesquisa em educação ambiental e saneamento do meio. **Saúde e Educação**. São Paulo, p.107-132, 2002.

SILVA DE MELLO, S.; TRAJBER, R. (coord.). **Vamos cuidar do Brasil : conceitos e práticas em educação ambiental na escola**. Ministério da Educação, Coordenação Geral de Educação Ambiental: Ministério do Meio Ambiente, Departamento de Educação Ambiental : UNESCO, Brasília 2007:

SISNEA. **Sistema Nacional de Educação Ambiental** – Salvador, 06 de junho de 2007. <http://www.mma.gov.br/ea> - pesquisa realizada em 15/03/2014 – 14h20min.

PRONEA. **Programa Nacional de Educação Ambiental - ProNEA** / Ministério do Meio Ambiente, Diretoria de Educação Ambiental; Ministério da Educação. Coordenação Geral de Educação Ambiental. - 3. ed - Brasília : Ministério do Meio Ambiente, 2005.

THEODORO, Suzzi Hoff. **Os 30 anos de Política Nacional do Meio Ambiente: conquistas e perspectivas**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001

COSTA, A. C. G. da. **O professor como educador: Um Resgate Necessário e Urgente**. Salvador. 2001.

TRILHA AMBIENTAL. **Orientações Ecopedagógicas do Projeto**. 2013. Versão Impressa.

GABRIEL, A. **Boletim Informativo: pé de Cerrado**. 2014. Disponível em: www.pedecerrado.org. Acesso em: 20/10/2014.